

XV Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR)
GT 04: Consumo e Cidadania

Tem 'gato' na laje: consumo, cidadania e acesso a energia elétrica em uma favela carioca

Hilaine Yaccoub (PPGA/UFF)¹

Resumo

Este trabalho pretende levantar algumas considerações acerca de um fenômeno sócio-técnico com dimensões culturais: os chamados "gatos" – ligações irregulares muito recorrentes em nossa sociedade. O tema vem sendo amplamente debatido e discutido em várias esferas (Agências, Estado, concessionárias, Imprensa) onde o discurso recorrente é o da criminalização da pobreza - os moradores de favelas (e seus hábitos de consumo) passam a ser personagens centrais da problemática. A proposta aqui é suscitar um debate tomando como base um trabalho de campo que vem sendo realizado na favela da Barreira do Vasco, Zona Central do Rio de Janeiro. Pretende-se demonstrar, entre outros pontos, a problemática da universalização do serviço e a falta de garantia do exercício da cidadania deste grupo, visto e representado de uma forma estigmatizada e homogênea.

Introdução

A energia elétrica é um recurso considerado essencial e indispensável para a vida humana na contemporaneidade, o que o torna um tema fundamental de investigação e análise. Na área técnica, encontra-se um grande número de pesquisas científicas que abordam todos os seus aspectos – produção, distribuição, avaria de equipamentos e redes de transmissão, entre outros. No campo das ciências humanas, poucos trabalhos abordam o tema, e enfocam a questão tendo como parâmetros, principalmente, o sistema político neoliberal, a privatização do setor energético brasileiro e a regulação do serviço de distribuição. Apesar de toda a relevância estratégica e para a vida dos cidadãos, o tema só esteve em destaque na “ordem do

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora associada ao INCT-IneaC/ LeMetro. Contato: hilaine@gmail.com

dia” do país em dois momentos muito específicos. O primeiro momento, quando houve racionamento do consumo de energia elétrica, em 2001, afetando todo o setor produtivo e população. Cotas foram estipuladas e multas criadas para estimular a economia de energia. O bem, que até então era visto como inesgotável, passou a ser visto de outra forma, e a vida sem eletricidade assustou a todos de modo geral. O segundo foi o apagão ocorrido em novembro de 2009, quando devido a uma falha até hoje não elucidada, 12 estados brasileiros tiveram o fornecimento de energia elétrica suspenso por cerca de 5 horas.

O governo forneceu diferentes explicações para o fato e, a partir de determinado momento, não mais se pronunciou a respeito. Observamos, mais uma vez, que a população se viu desesperada com a falta de energia elétrica. Só desta maneira se consegue compreender sua relevância e essencialidade para a vida atual.

Diferente do que muitos imaginam, ou “sentem”, a eletricidade não é recurso natural. Barros (2007) ao analisar o orçamento doméstico e a hierarquia de gastos de empregadas domésticas relatou que uma de suas entrevistadas simplesmente rasgava as contas de energia elétrica não dando a mínima importância para as mesmas, chegando a conotar um “comportamento de indiferença” com as contas de luz. A pesquisadora revelou que essa atitude era bastante comum entre suas interlocutoras havendo até espanto quando alguma delas se preocupava em pagar ou em controlar os gastos. Este exemplo nos revela a visão da energia elétrica como recurso inesgotável e abundante, que Barros (2007), baseada em DaMatta (2003), afirma ter a impressão de que há uma “concepção de natureza dadivosa... sendo os recursos naturais vistos como ilimitados (BARROS, 2007, p.182). Como se a energia elétrica (luz, eletricidade) fosse de fato um recurso natural, uma dívida da natureza, que pudesse “ser desfrutado a qualquer momento”. A eletricidade, contudo, é consequência de um advento científico, de um processo produtivo que precisa de investimentos em infraestrutura, tecnologia e pesquisa para continuar sendo produzida e aperfeiçoada. Após a privatização, ocorrida em meados dos anos 90, as empresas concessionárias estavam diante de um setor que há muito tempo não recebia grandes investimentos, e também de uma prática popularizada, comumente praticada conhecida por “gato” de energia elétrica. Prática que independia da condição socioeconômica e cultural do indivíduo contratante do serviço e se tornou um “problema” a ser entendido, enfrentado e combatido. Tantos os gastos com modernização tecnológica quanto às perdas de receita da concessionária provocadas

pelo furto de energia elétrica são considerados na fórmula da composição tarifária. Quanto maior for o índice de furto – “gato” de energia elétrica, portanto, maior a tarifa.

No estado do Rio de Janeiro, atualmente, a tarifa está em torno de R\$ 0,50 por quilowatts/hora, a quarta mais cara do país. Estabelece-se um círculo vicioso. Quanto maior a tarifa, maior a procura pelos “gatos”, que influenciam no reajuste da tarifa, que geram aumento da inadimplência, e assim sucessivamente. Não se sabe ao certo como a prática do “gato” começou. O que podemos ter certeza é que se encontra arraigada há muito tempo na vida cotidiana da população em geral, devido a diversas questões, dentre elas a falta de planejamento urbano e crescimento desordenado das cidades e das favelas. O que se sabe é que existem regras tácitas para os usos e contra-usos da energia elétrica e é preciso entender localmente o contexto econômico, estrutural e, sobretudo sociocultural para assim, definir ações que possam de fato acarretar em mudanças de comportamento de consumo.

Fica a dúvida se não se previu que o trabalhador de baixa renda um dia iria além dos artigos de primeira necessidade, como alimentos, chegaria a ser consumidor de itens considerados prestigiosos e caros, como os eletroeletrônicos. Esse grupo ganhou outro formato no que se refere às práticas de consumo, porém mantém seus valores morais e éticos, costumes e modos de usar, muitas vezes fora, no caso da energia elétrica, fora de qualquer responsabilidade, quem faz “gato” de energia elétrica, normalmente não encontra incentivo para economizar. O novo comportamento de consumo impactou diretamente na economia como um todo. Determinadas lojas viraram fenômenos de venda, e a demanda por energia elétrica foi consequência. O racionamento ocorreu bem pouco tempo depois do Plano Real, que possibilitou a profusão de acesso a bens eletroeletrônicos pelas massas. As ligações irregulares passaram a ser vistas como um problema a ser enfrentado.

Entender as motivações que levam os consumidores de energia elétrica à prática do “gato” – mesmo após a privatização, quando essa ação passou a ser amplamente combatida e criminalizada, o que não ocorria na época da estatal – foi um objetivo primário que vem sendo investigado desde 2007 (YACCOUB, 2010). A partir das pesquisas realizadas procurou-se entender a dinâmica mercantil que foi percebida, dentro de bairros regularizados “formais”, existe uma gama de possibilidades de práticas irregulares para obtenção de serviços (energia elétrica, água, TV a cabo, acesso a Internet), que são vendidos e mantidos por profissionais de várias origens

(funcionários de concessionárias, profissionais liberais, etc.) e “moradores-clientes”. Há um mercado produtivo do “gato” que é alimentado por profissionais altamente qualificados que vendem sua expertise em um mercado clandestino.

O desafio atual, no entanto é como estes serviços e as relações com os consumidores se dão dentro de um contexto completamente diferente, o das favelas. Dentro dos espaços irregulares onde toda a clandestinidade já faz parte da situação local, moradia, acessibilidade, serviços de água e energia sempre foram irregulares, provisórios que aos poucos, muitas vezes devido ao tempo de uso, foram sendo consolidados. As moradias foram sofrendo melhorias (na maioria das vezes sem qualquer preparo, ordem ou legalização) e o espaço foi sendo integrado, crescido, verticalizado... nasciam ruas, avenidas, áreas de sociabilidade, o comércio se estabelece e o território ocupado transforma-se em favela ou comunidade e muitas vezes esta se transforma em bairro.

A favela selecionada para o trabalho de campo foi a Barreira do Vasco, pela facilidade de obtenção de redes de sociabilidade e também pela favela estar dentro do escopo do Programa Morar Carioca, um programa que visa urbanizar favelas no Rio de Janeiro até 2020 por conta dos eventos da Olimpíada e Copa 2014. A Barreira do Vasco está próxima à região central e é considerada uma área estratégica pela Prefeitura do Rio de Janeiro, dessa maneira está dentro do conjunto de áreas que sofrerão impacto com as obras do Morar Carioca, que prevê além de obras de infraestrutura (abertura de vias, esgoto e saneamento básico, etc), a integração da favela a cidade, e isto compreende a possibilidade de regularização no acesso a serviços públicos, como coleta de lixo, água e, sobretudo, energia elétrica, meu principal interesse.

Acredito que o acompanhamento deste projeto e obra (posteriormente) será uma oportunidade única para avaliar como o acesso regular e regularizado a bens e serviços se dará em uma favela não pacificada e como este processo afetará a rotina de seus moradores.

Um olhar sobre os usos e contra-usos (“gatos”) da energia elétrica

Não se sabe ao certo como a prática do chamado “gato” começou. O que podemos ter certeza é que se encontra arraigada há muito tempo na vida cotidiana da população

em geral, devido a diversas questões, dentre elas a falta de planejamento urbano e crescimento desordenado das cidades. O que se sabe é que existem regras tácitas para os usos da energia elétrica e é preciso entender localmente o contexto sociocultural para assim, compreender as representações acerca deste fenômeno sócio-técnico. Uma das questões a serem percebidas é como os atores percebem e usam a energia elétrica, suas relações com a empresa concessionária do serviço, e mais, como se estabelecem as redes de acesso, manutenção, e ligações regulares e clandestinas.

Uma das formas de se perceber esta relação é observar as formas de manipulação e os modos de usar desenvolvidos nas relações com os produtos que dela dependem, ou seja, o consumo doméstico de objetos eletroeletrônicos passam a ser um caminho metodológico possível.

O campo da energia elétrica e, por conseguinte o “gato” são assuntos que até então não receberam qualquer interesse de investigação antropológica, seja a respeito da compreensão de seu surgimento, dos atores envolvidos no processo e de suas relações, seus usos e contra-usos (os “gatos”), seus modos de fazer e suas representações. A ciência dura da chamada “tecno-ciência” a parte da sua relação com a sociedade, mesmo que em ambos os casos, tanto a eletricidade, e a sua manipulação, o “gato”, tenha um uso naturalizado pela sociedade. Toda a rede que envolve a produção da energia elétrica é rigorosamente um campo sócio-técnico. Não houve investimento em fazer conexões entre os campos técnico e social. São diferentes lógicas de representação e manipulação, e suas compreensões acerca da energia elétrica acabam se tornando divorciadas. No entanto, uma área depende da outra.

Tanto os técnicos e cientistas precisam dos consumidores (usuários), quanto estes dependem dos adventos científicos, neste caso, da eletricidade, para sobreviver. Utilizo a expressão “caixa-preta”, tal como Latour (2000), para explorar o assunto considerando dois grupos distintos: os usuários de energia elétrica e a empresa concessionária.

Na perspectiva naturalizada do “nativo”, da energia como recurso natural oferecido pelo Estado, o impacto de uma mudança de ordem desse objeto, que passa a ser visto como “produto/bem”, é como uma “caixa-preta”, um verdadeiro “mistério”. Faltam-lhe

informações sobre como é o sistema produtivo da energia, sua distribuição e transmissão, a forma como se deu a concessão do sistema elétrico, com as privatizações, e o próprio modelo tarifário adotado. Na época da estatal, a conta de luz era vista como imposto de um Estado invisível, cujo não-pagamento (“sonegação”) não era criminalizado ou penalizado, o que criou e perpetuou uma legitimidade moral da prática. A energia elétrica é tão naturalizada que só é percebida e valorizada quando há sua falta ou escassez (recordando o racionamento de 2001). Na prioridade de valores do consumidor, a energia elétrica é vista como um não produto, uma não mercadoria, portanto, não recebendo o valor que a empresa confere a seu bem/serviço.

Diversos fatores se somam para compor essa ótica: a intangibilidade do produto ofertado, a imagem negativa da concessionária enraizada na população (severidade no combate ao “gato”, instabilidade do fornecimento da energia e mau funcionamento do seu serviço de atendimento ao consumidor – SAC), a conveniência de um modo de usar e manipular a energia que estabelece uma praxe na prática do “gato”, entre outros.

Mesmo tendo consciência que a energia elétrica é um bem essencial para a vida, o usuário – o consumidor não passivo (DE CERTEAU, 2007) – utiliza táticas para tornar aceitável o valor cobrado, que julga ser alto demais, praticamente extorsivo.

Appadurai (2008) propõe a expressão “regimes de valor” para tratar o compartilhamento de crenças que se estabelecem nas trocas. Os dois principais atores, vendedores e compradores, distribuidores e usuários, devem possuir a mesma noção de valor do bem/serviço em questão, para que a troca possa se dar de forma total e regulada. E revela:

... o termo sugere que o grau de coerência valorativa pode ser altamente variável conforme a situação, e conforme a mercadoria. Neste sentido, um regime de valor condiz tanto com graus muito altos quanto com graus muito baixos de compartilhamento de padrões pelas partes envolvidas em casos particulares de troca de mercadorias. Tais regimes de valor são o fator determinante na constante transcendência de fronteiras culturais por meio do fluxo de mercadorias, entendo-

se cultura como um sistema de significados localizado e delimitado (APPADURAI, 2008, p.29)

O “gato” é justamente a consequência da discrepância do não compartilhamento das mesmas crenças de valor. Um dilema é imposto: ou encontra-se uma espécie de “saída alternativa” – o “gato”, ou mudam os hábitos de uso da energia. A primeira saída permite que o usuário pague o que julga ser justo, e continue usando seus aparelhos eletroeletrônicos, usufruindo do conforto (além do status) que proporcionam. A segunda exigiria aposentar os tais eletrodomésticos, que perderão sua função, forçando o consumidor a abdicar da fruição dos mesmos.

Estabelece-se, dessa maneira, uma pluralidade de formas de se realizar as transações comerciais. Há um contexto mercantil constituído, se compõe uma forma variada de entendimento da mercadoria (energia elétrica), que gera a dúvida: é justo o que está sendo cobrado? Deve-se pagar ou não tal valor? Uns utilizam o “gato” para contrariar o sistema impositivo, outros “usam” a inadimplência, vão acumulando e renegociando dívidas. Há sempre aqueles que pagam a conta a contra-gosto (obrigação), contrariados por falta de escolha e opção, uma vez que, da forma como o sistema brasileiro é organizado, a distribuição da energia elétrica é praticamente um “monopólio natural”. Appadurai (2008) aponta:

... o contexto mercantil se refere à variedade de arenas sociais no interior de ou entre unidades culturais, que ajuda a estabelecer o vínculo entre a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira... a variedade de tais contextos, no interior e através de sociedade, produz o vínculo ente o ambiente social de mercadoria e seu estado simbólico (APPADURAI, 2008, p.29)

O que encontramos é uma diferenciação de valoração. Para a empresa concessionária, a energia tem um custo e, portanto, um valor mercantil; é um produto e um serviço à venda. Para o usuário (seu cliente), esse bem nunca foi visto como “produto” mercantil, resultante de investimentos científicos, mão-de-obra especializada (cientistas e técnicos) e infra-estrutura para que pudesse ocorrer a “venda” com proveito para ambos os lados. Consome-se a energia elétrica e paga-se uma conta pelo seu uso, seu “gasto”.

No entanto, o serviço oferecido era estatizado e praticava preços baixos², não havia qualquer forma combativa ao “gato”, tanto que não era considerado crime pela população - apesar da lei penal especificamente referente ao furto de energia elétrica ser de 1940. Ou seja, os usuários tinham livre acesso a manipulação da rede elétrica, era algo público o que significava ser “sem dono”, o que reafirmava que não havia qualquer indício de que a energia era um “produto” mercantilizado.

Todas as essas questões influenciaram diretamente a percepção do indivíduo que enxerga a energia elétrica como um não-produto. E como era oferecido pelo Estado, arraigou-se a noção de que deve ser um direito adquirido, devido seu grau de necessidade básica, deveria continuar pagando pouco, ou até mesmo não pagar.

A sociedade não foi sociabilizada a ver a energia elétrica como um produto mercantil, fruto de uma produção científica, não extrativista, é como se a eletricidade simplesmente saísse das hidrelétricas e percorressem os fios até o poste até chegarem nas tomadas e fizessem os produtos funcionarem.

Acredito que as gerações pós-privatização já tenham outra visão, consciente de que existe uma empresa privada concessionária do serviço. Foram criadas com a ideia da economia de luz, com a preocupação da sustentabilidade, pois “a energia pode acabar” (vide o racionamento de 2001, e o apagão ocorrido em novembro de 2009 em vários estados do país).

Possivelmente, hoje há outro modo de usar/pensar a energia elétrica em voga, que continua sendo lentamente modificado, construído. Os usos e modos de usar criam e guardam memória, gerando herança simbólica repassada através das ações e das relações de sociabilidades. Os filhos aprendem com os pais, que aprendem com os vizinhos e parentes. A privatização forçou os indivíduos a voltar a perceber a energia como mercadoria, produto que tem dono, vigilância, mensuração, fluxo de caixa, produção, metas de lucros, como em qualquer outra empresa – uma indústria de calçados, por exemplo.

Ao estudar hábitos de consumo de uma elite local de um bairro popular de São

² Muitos interlocutores consideravam que pagava-se um imposto da luz, segundo minhas pesquisas.

Gonçalo localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro (YACCOUB, 2010), pude perceber na etnografia assim como nas entrevistas com moradores que a privatização impôs regras e leis sobre as quais os consumidores não tiveram escolha. Revelaram que não foram sequer consultados a respeito do processo, como por exemplo, o quanto achariam justo pagar pelo serviço/produto; não houve qualquer barganha, negociação. Lembraram com certa nostalgia do tempo estatal quando não tinha tanta vigilância e punição, e se ressentem atualmente acerca da medida impositiva, que fere o poder de decisão na sociedade de consumo moderno.

Ao disponibilizar a mercadoria, essas “são freqüentemente representadas como o resultado mecânico de regimes de produção governados pelas leis de oferta e procura.” (APPADURAI, 2008, p.31). No nosso caso específico, se construo uma casa, vou até a companhia de energia elétrica pedir a ligação, o medidor, o poste, etc. Eles têm produtos a ofertar, e eu tenho minha demanda. Segundo Appadurai, nem sempre a transação mercantil ocorre dessa maneira simples, para ele o fluxo das mercadorias é um acordo “oscilante entre rotas socialmente reguladas e desvios competitivamente motivados” (Ibid., p.31).

No entanto, se levarmos para o contexto da favela, como seria esta percepção? Como esses moradores marginalizados pelo Estado e setores privados principalmente o de serviços, mesmo os básicos (coleta de lixo, serviço de energia elétrica, água), vêem a energia elétrica? Os contra-usos (ligações irregulares, “gato”) são os mesmos?

Em se tratando da área formal e informal Appadurai (2008) apresenta uma série de explicações que exemplificam rotas e desvios, mas no caso do consumo e manipulação da energia elétrica, sua análise se encaixa perfeitamente e nos dá um caminho possível para início do entendimento destas relações. Segundo o autor, “o roubo (leia-se “gato”), condenado na maioria das sociedades humanas, é a forma mais simples de desvio de mercadorias de suas rotas predeterminadas” (Ibid., p.43), e para ele, esse desvio é sempre um sinal de criatividade ou crise, “seja estética ou econômica.”

O autor completa a análise afirmando que, ao se tornarem previsíveis, os desvios (no caso, “gatos”) “estão a caminho de se tornarem novas rotas, que por sua vez, irão inspirar novos desvios ou retornos a rotas antigas” (Ibid., p.46). Quando um “gato”

(desvio) se populariza, torna-se uma “rota”, todos adquirem a expertise e passam a praticar. Os “gateiros” são instigados a encontrar novos desvios (“gatos”), ou retornar a rotas antigas (“gatos já estabelecidos”). E argumenta que “o desvio de mercadorias (energia elétrica) de sua rota costumeira sempre carrega uma aura arriscada e moralmente ambígua” (Ibid., p.44). Como já analisamos anteriormente, é uma questão de percepções de valor, daí a ambigüidade. Ambos os lados, produtores e consumidores, possuem seus argumentos, é uma questão relacional, rotas e desvios são em si mesmas “históricas e dialéticas”.

Assim, podemos perceber que o “gato” resiste, pois pertence a um sistema (instituído) instaurado e complexo e tático, segundo Appadurai (2008):

Desvios (“gatos”) não são encontrados apenas como partes estratégicas individuais em situações competitivas, mas podem ser institucionalizados de varias formas que removem ou protegem objetos dos contextos mercantis socialmente relevantes (APPADURAI, 2008, p.38)

Para o autor, o grande desafio do antropólogo é perceber justamente quais são “as rotas relevantes e costumeiras” para que a “lógica dos desvios possa ser entendida de apropriado e relacional”.

Na construção cultural de mercadorias, a mudança deve ser buscada nas relações alternantes de rotas e desvios durante a vida das mercadorias. Seus desvios de rotas costumeiras fazem surgir o novo. (Ibid., p.46)

O autor ainda sugere “que o consumo é eminentemente social, relacional e ativo, em vez de privado, atômico ou passivo”. A demanda esconde, assim, dois tipos distintos de relação entre consumo e produção: “1) de um lado é determinado por forças sociais e econômicas; 2) de outro pode manipular dentro de certos limites, estas forças econômicas e sociais” (Ibid., p.48-49).

Trazendo para o universo pesquisado, há demanda em vender energia e receber por ela, o que é determinado por forças sociais (demanda dos usuários) e econômicas (o pagamento pelo serviço). Ao mesmo tempo, existe a manipulação “dentro de certos limites”, como os “gatos” (táticas) praticados pelos “gateiros” contratados pelos usuários, e estratégias da empresa de coibição – o corte, o emprego da tecnologia

(como no caso de aparatos técnicos que dificultam as ligações irregulares) ou o trabalho dos projetos disciplinadores que as empresas empregam em áreas pobres que se auto-intitulam “sociais” que visam amenizar impactos, e mediar conflitos, entre outras “manipulações.”

Existem peculiaridades complexas no que se refere ao “fluxo de mercadoria”. Entendo “mercadoria” em dois sentidos: o primeiro, relacionado a energia elétrica legalmente vendida, e o segundo, ao “gato”, um serviço mercantilizado, apesar da sua ilegalidade. O autor expõe:

Mercadorias representam formas sociais e partilhadas de conhecimento muito complexas. Em primeiro lugar, e grosso modo, tal conhecimento pode ser de dois tipos: o conhecimento (técnico, social, estético, etc.) que integra a produção da mercadoria, e o conhecimento de que integra a ação de consumir apropriadamente a mercadoria. O conhecimento de produção interpretado em uma mercadoria é bem diferente do consumo que é interpretado a partir da mercadoria. (APPADURAI, 2008, p.60)

Para o autor, essas interpretações irão divergir proporcionalmente conforme se aumenta a distância social, espacial e temporal de produtores e consumidores. Seja no campo técnico ou empírico, em ambos os lados há “componentes técnicos, mitológicos e avaliadores, e os dois pólos são suscetíveis a interações mútuas e dialéticas” (Ibid., p.61).

No entanto, ao pensar no contexto da favela, como esta relação de consumo se caracterizaria? Essa é uma questão que a princípio diverge das relações formais instituídas no mercado. A empresa concessionária fornece energia que é desviada para as casas, houve um crescimento verticalizado das favelas, ruas e vielas foram instituídas e com a ausência de extensão de rede, ligações novas regulares, há uma forma de obter energia, os chamados “gatos”.

Em experiências ainda primárias, o que se percebe e se ouviu é ausência da atuação da concessionária de energia na região. Como é uma localidade com tráfico armado, percebida como menos violenta pelos moradores, é comum a ausência da empresa.

Em visita a empresa, o que foi divulgado é que os técnicos após receber tantas ameaças se sentem pressionados e desconfiados a entrarem nestes espaços, o serviço portanto não é universalizado, a empresa tem atuado em diferentes favelas de formas diferentes, trocando geladeiras antigas por novas, trocando lâmpadas incandescentes pelas econômicas, levando palestras informativas, etc, mas na Barreira do Vasco especialmente nenhum trabalho foi realizado. Há um interesse em se aprofundar e estreitar a relação com a Light e a “gerência de atendimento as comunidades” mas isso será feito após o início do trabalho de campo propriamente dito para melhor aproveitamento deste contato.



Uma das ruas da favela Barreira do Vasco

Figura Arquivo Pessoal

A favela, os “gatos” e a Barreira do Vasco: primeiras impressões de campo

“São consideradas favelas todos os aglomerados urbanos que possuam, total ou parcialmente, as seguintes características: Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50. Tipo de habitação: predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto

rústico, construídos principalmente de folhas de flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes. Condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada. Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.”

(Censo 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal)

Por se caracterizarem por áreas invadidas as favelas acabam tendo sua representação ligada à da “transgressão legal” (VALLADARES, 1978). Além da transgressão do solo, transgride à utilização do espaço, não contam com qualquer respaldo jurídico ou ordem de ocupação cabendo-lhes “uma posição marginal dentro da cidade”. (Ibid)

Segundo a pesquisadora:

Não se trata apenas de déficit de moradia ou de incapacidade do mercado imobiliário (setores público e privado) de produzir habitações populares em ritmo capaz de atender a uma demanda crescente. A favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulaçã“o do capital é cada vez maior. Resulta ainda de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes” (VALLADARES,1978, p.46)

Valla (1986) para caracterizar a origem da favela aponta que em “face aos baixos salários, ao subemprego ou mesmo ao desemprego, enfrentados por um gigantesco e crescente setor da população do município ou da periferia próxima, torna-se necessário reduzir ao máximo os gastos necessários à sobrevivência física.” (p. 24) O autor afirma que entre os gastos estão a moradia, o transporte para o emprego, sendo

a necessidade de estar perto do trabalho é um fator relevante, além da conta de energia elétrica não citada pelo autor. Estes fatores (além da alimentação) custam alto e a alternativa que muitos encontram para sobreviver é o caminho da “ocupação ilegal” de terras para ocupar e construir sua moradia, muitas vezes iniciando por apenas um cômodo e depois aumentando após a construção e instalação da laje.

O pesquisador ainda afirma que além de todas estas questões enumeradas, deve-se ter em mente que a favelização é um “fenômeno decorrente da forma particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil”, e somente poderá haver entendimento deste fenômeno se houver um esforço para compreender “se o considerarmos ocorrendo nas conjunturas concretas das contradições e conflitos de classes”(VALLA, 1986, p. 25).

Ou seja, o que esta querendo afirmar é que a favela e todo o seu contexto (ligações irregulares de água e energia elétrica entre outros) não é uma estratégia de moradia simplesmente, mas de uma noção muito mais ampla de sobrevivência, onde a moradia é apenas uma delas.

No entanto, fica uma questão, será que as pessoas não se aproveitam dessa condição de marginalidade (no sentido de estar a margem da sociedade), da irregularidade para não arcar com possíveis condições para o pagamento de tributos?

Valla (1986) assim como Silva (2001) apontam haver diferentes identidades e rendas dentro da mesma favela, ou seja, perceber o favelado como uma figura única (homogênea), ou criminosa, ou dotada de carências absolutas é no mínimo estigmatizante e ingênuo. Com o crescimento da renda das classes mais baixas, chamadas de classes populares, apontada por pesquisas recentes³, afirmam que muitos tiveram seus patrimônios aumentados devido ao Plano Real e a possibilidade de compras parceladas.

Valladares (1978) ao pesquisar políticas de remoção no Rio de Janeiro aponta:

“É vigente a imagem estigmatizada do favelado “qualificado

³ Como a pesquisa realizada pela FGV, ver NERI, Marcelo (coord). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em <http://www.fgv.br/CPS/classemedia/> Acesso 25 de janeiro de 2010.

como parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço em que encontra e replantado em outras áreas distantes, não visíveis. Enfatiza-se a favela enquanto aglomerado que “atrapalha” o dia-a-dia da classe média...”

A Barreira do Vasco é uma favela que leva este nome por estar no bairro Vasco da Gama e está localizada na vizinhança do tradicional clube que leva o mesmo nome – Clube de Regatas Vasco da Gama. A favela data de 1950 e sofreu vários aterramentos por estar localizada numa área de mangue.

A criação do bairro Vasco da Gama teve seu marco em 1998 pelo então Projeto de Lei 425/97 do vereador Áureo Ameno, jornalista e torcedor fervoroso do clube. O bairro é uma subdivisão do bairro de São Cristóvão, área central do Rio de Janeiro, fazendo parte da área AP1, VII região administrativa.

As características sócio-econômicas da população são típicas de comunidades residentes em espaços favelados: reduzido nível médio de escolaridade, baixa renda familiar e pouca qualificação profissional. Possui cerca de 6 mil domicílios segundo IPP (Instituto Pereira Passos) conta com uma atuante Associação de Moradores (promotora de cursos de qualificação profissional, cadastramento de residências e resolução de conflitos), há um Batalhão da Polícia Militar, escolas próximas, creches, um comércio local intenso, contando com mercados, lanchonetes, pizzarias, farmácias lojas de material de construção e uma praça com quadra poliesportiva, área utilizada pelas crianças da localidade em atividades recreativas e também como espaço de reunião para realização de cultos religiosos (evangélicos e católicos).

Segundo Silva (2001) no plano simbólico favelas, em especial a Maré, ganhou fama nos meios de comunicação pelos eventos de violência envolvendo disputas entre os grupos criminosos armados que brigam, faz tempo, pelos territórios locais para venda de drogas e, também, a polícia. Nesse contexto, a representação dos cariocas sobre as favelas, de maneira geral, vem se caracterizando, somente, como um espaço violento e destituído de condições dignas de vida. Em que pese o fato de haver se generalizado um juízo preconceituoso sobre as populações das favelas, há de concreto nessas localidades uma significativa diferenciação sócio-espacial que se verifica a partir da conformação desses residentes, como sendo na sua maioria, pessoas de origem nordestina, negras, com pouca escolaridade, sem qualificação

profissional e, conseqüentemente, com nível de renda baixo.

No plano cultural, a Barreira do Vasco (como outras favelas) não conta com centros culturais, cinemas, teatros ou qualquer tipo de espaço permanente para manifestações e produções culturais; até mesmo as manifestações mais populares são raras. A favela vive em função ao clube que dá nome a mesma, há também uma feira que ocorre as sextas-feiras à noite denominada “Feira de Itaipava” que curiosamente apesar no nome não vende produtos da Itaipava mas roupas de pequenas confecções, ou produtos piratas como capas de celulares, cds, dvds e muitas barracas de alimentos, lanches, doces, tortas que fazem sucesso na região.

Ainda somaria a esta colocação o fato das camadas populares acabam por gastar a energia elétrica que não pagam, o que acarreta em aumento tarifário para os adimplentes, possuem TV a cabo a preços bem inferiores praticados e ainda por cima têm ligações de água clandestina, se eu não pagam por que economizariam?

O geógrafo Jailson de Sousa e Silva em seu artigo Pluralidades de Identidades no bairro Maré – Rio de Janeiro (2001) já nos dá algumas pista ao apontar algumas classificações superficiais dos diferentes tipos de comportamento dos residentes da Maré “levando em conta seus níveis de relação com a sociedade formal e com os parâmetros de exercício da cidadania institucional”, acredito que estas mesmas classificações serão encontradas na favela Barreira do Vasco:

“Grupo 01: Formados pelos moradores que, tendo como referencia os pressupostos do exercício da cidadania, recorrem aos meios legais para resolver, em geral, seus problemas e cumprem seus compromissos levando em conta as normas sociais dominantes. Nesse caso, eles pagam regularmente seus impostos e taxas, mantém os filhos na escola e com a carteira de vacinação em dia, quando e o caso, além de possuírem os documentos formais.

Grupo 02: Esse grupo e formado por aqueles moradores que, em geral, tem um comportamento centrado na obediência aos direitos e deveres decorrentes do exercício da cidadania: tem documentos, mantém os filhos na escola, frequentam os postos de saúde e outras práticas análogas. No entanto, assumem,

diante de algumas situações, uma lógica centrada no *Jeitinho* para enfrentar determinadas questões do cotidiano, postura que gera a prática eventual de atos irregulares, tendo em vista a crença na impunidade: atos como ligações irregulares de energia, compra de objetos roubados, não pagamento de taxas e impostos,... . Esses agentes apresentam, comumente, uma certa incapacidade de buscar seus direitos nas instituições legais — a relação distanciada com os profissionais das unidades escolares, a incapacidade de protestar, em algumas situações, são práticas decorrentes dessa limitação da perspectiva cidadã. Isso faz com que se sintam, muitas vezes, pouco atendidos pelos poderes públicos e assemelhados em suas demandas cotidianas. Esse é o grupo que reúne o maior número de moradores.

Grupo 03: Nele, temos os moradores que assumem, nos mais variados níveis de sua vida, a lógica do *Jeitinho*: valorizam pouco os conceitos de cidadania formal; recorrem, em algumas ocasiões, aos grupos locais de poder para resolver conflitos cotidianos e assumem a compreensão de que “*na favela, as regras são diferentes e tem que se saber viver*”. Mas são pessoas que, em geral, vivem de um trabalho legal — mesmo que no mercado informal — e, optam por viver na sociedade formal, em geral. Suas fontes de renda são fluidas, dirigem a maior parte da energia para a vivência presente, investindo pouco em projetos prolongados, seja na escolarização ou nos cuidados regulares e/ou preventivos no campo da saúde; normalmente, não possuem todos os documentos para a inserção adequada no mercado de trabalho.

Grupo 04: Por fim, há os moradores que vivem nas redes sociais informais da cidade e da comunidade, distantes das redes sociais formais. Reunindo o menor número de moradores, nesse grupo se incluem aqueles que, em geral, não tem compromisso com a realização de suas obrigações formais, nos mais diferentes níveis — seja o pagamento de impostos e taxas, a posse de documentos (mesmo a Certidão de Nascimento), o encaminhamento dos

filhos para a escola ou para os postos de saúde. Vivendo o imediato, com rendas irregulares, constituem o *lumpesinato*, estando, em geral, voltados para atividades ilegais — drogas, prostituição e/ou roubo — ou para a mendicância”

(SILVA, 2001, p.10 -11)

O 'gato'na laje: táticas para universalização do serviço

Como já explicitado anteriormente o “gato” é a classificação nativa para uma ligação clandestina. No caso da energia elétrica, as ações para apropriação ilícita da energia elétrica são desenvolvidas de duas maneiras básicas: por meio da ligação direta na rede elétrica no poste e da manipulação do medidor (também conhecido como “relógio”), fazendo com que esse registre consumo menor do que o real. O usuário que se vale dessa prática obtém uma vantagem indevida a partir da apropriação da energia sem o pagamento correspondente. É um conceito complexo que se converteu em meu objeto de investigação e, dependendo de como é focado, pode nos levar a diferentes campos de abordagem.

Apesar de todas as formas coercitivas exercidas pelas instituições públicas e privadas, além das inovações tecnológicas e conflitos, o “gato” permanece vivo e se reproduz nas diferentes esferas e estratos sociais ainda mais em se tratando de um território onde impera a informalidade como as favelas.

O que pude perceber em poucas casas que adentrei é que são equipadas por vários objetos eletroeletrônicos, principalmente ar condicionado (possivelmente devido à insalubridade do local e residências, muitas vezes úmidas e sem ventilação), contas de energia elétrica se amontoam nas caixas de correios e embaixo das portas e são descartadas como qualquer outro papel que não tenha interesse.

No contexto anterior onde foi realizada a pesquisa em um bairro popular do município de São Gonçalo (YACCOUB 2010), foi percebido que a prática não tem relação direta e estreita com a pobreza, a necessidade, a carência ou a malandragem. Dependendo do grupo, algumas dessas características se impõem e se revelam, outras não. A intenção da pesquisa de doutorado é justamente acabar com a homogeneização acerca da figura controversa do “favelado”, muitas vezes sendo visto como criminoso

outras como necessitado, outras como trabalhador e sobrevivente e revelar como as diferentes construções da noção de valor e representações (no caso da energia elétrica) se dão e se revelam.

Questiono até que ponto fazer “gato” fere a moralidade, e me pergunto se os indivíduos não se sentem “roubando” algo de alguém – a invisibilidade do Estado se faz presente em muitas esferas, assim como a iniciativa privada, no caso a concessionária de energia elétrica, Light. O que se percebe é que o “gato” de energia elétrica dentro da favela é algo rotineiro, parte da conveniência do “bairro” e moradores. O uso e a praxe do “gato” se fazem presentes.

De Certeau (2008) revela que, apesar de todos esses esforços, os usuários possuem seus modos de uso, que são apropriados e reapropriados: os “contra-usos”, releituras daquela função primeira (a representação fabricada pelos produtores). Ele denomina essas práticas perpetuadas (os “gatos”, por exemplo) de “conveniências”, usos estabelecidos, praxes reproduzidas que passam a fazer parte do cotidiano dos usuários, contrapondo-se, assim, à noção de consumidores passivos, ou, como o autor coloca, “dóceis”. Ele aponta que “o cotidiano se inventa com inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (DE CERTEAU, 2007, p.38), contrapondo-se à autoridade e dominação imposta pela estratégia.

Somente por meio da análise da manipulação que os usuários fazem dos produtos/serviços nos seus usos cotidianos poderemos verificar a diferença – ou semelhança – entre a produção primária (dos produtores, fabricantes) e a “secundária que se esconde nos processos de sua utilização” (DE CERTEAU, 2007, p.40) onde aplicam seus usos, as chamadas “táticas de resistência”.

As táticas atuam nos detalhes do cotidiano, e ocorrem nos furos de vigilância impostas pelas dominações das instituições, o que o autor denomina numa espécie de “antidisciplina”.

... porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano... (DE CERTEAU, 2008, p.41)

O modelo tático descrito pelo autor faz referência a indivíduos ou grupos fragmentados em termos de espaço, que não mantêm base específica de operações (quartel-general), mas são capazes de realizar respostas de forma ágil para uma necessidade. A tática, portanto, é reação a uma estratégia (autoridade, dominação).

Como as táticas não envolvem dedicação a investimentos, diferentemente das estratégias empresariais, conseguem ser ágeis, flexíveis, atemporais, pois são baseadas em improvisação e se instituem e desenvolvem ao explorar as brechas no sistema (das instituições e suas estratégias). Portanto, uma tática infiltra, não enfrenta a estratégia de frente. Ciente do seu status de “fraco” a tática não tenta dominar, nem muito menos vencer e não se envolve em sabotagem, no entanto aparentemente demonstra passividade e atua protegida atrás dessa máscara.

Diante das mudanças estratégicas, os usuários “fingem” conformidade, e atuam soturnamente desenvolvendo táticas para contrapor o sistema. O tático se manifesta em sua metodologia de ação, e pode ser transformado a qualquer momento, por isso não se prende a regras, normatizações, processos duros e inflexíveis de conduta. No que se refere ao nosso objeto de estudo, os usos da energia elétrica e sua manipulação (o “gato”), as estratégias empregadas pela empresa estão em contraponto às táticas dos usuários. Os “gateiros” são conhecedores das tecnologias para que a manipulação da energia se realize, e para que o “gato” possa existir, e se perpetuar, depende de uma brecha no sistema vigente.

O que se pode perceber é que a tática efetivamente neutraliza a influência de uma estratégia, pois existem os “furos do sistema”. Esses são difíceis de serem identificados, o que lhe confere uma parte significativa do seu poder.

Diante da ausência do Estado e concessionárias, os moradores criaram suas táticas, suas expertises, suas formas de manipulação e obtenção de energia elétrica.

Considerações finais

Estamos diante de algumas questões pertinentes para se pensar a energia elétrica e seu uso assim como as ligações irregulares popularmente conhecido por “gato” de energia elétrica – seu contra-uso. Polêmicas acerca do aumento da produção energética, como Belo Monte estão em pauta, ao mesmo tempo concessionárias

investem cada vez mais no combate aos furtos de eletricidade, pautados na importância da conservação de energia, bom para o país, e, sobretudo para as empresas privadas do setor.

O artigo apresentando é um primeiro passo de uma pesquisa tem a finalidade de entender como as representações acerca da energia e sua manipulação se dão para os usuários, os nativos – moradores da favela da Barreira do Vasco, percebendo suas regras tácitas, assim como essas relações se construíram (e reconstruíram ao longo do tempo) no espaço da favela, com o intuito de mapear as diversidades identitárias bem como maneiras que seus moradores lidam com o consumo de energia, para que se possa (quem sabe) “desestigmatizar” o imaginário acerca da favela e de seus habitantes.

Tal como a ciência, o “gato” de energia elétrica tem sido tratado e visto como uma prática comum e corriqueira. Os atores envolvidos, indivíduos, instituições, empresas e governo tratam o assunto como algo natural, no sentido de “algo que sempre existiu”. Tratam o “gato” como produto final e se referem a ele considerando apenas suas consequências diretas mais sensíveis, os prejuízos financeiros.

No entanto, como coloca Latour (2000), não é o produto final que nos interessa observar, e sim como se deu o processo que tornou apropriado e naturalizado por tantos atores (indivíduos e instituições). O que nos importa aqui é desvendar possíveis causas que antecedem esse “produto final”, o tal processo que o constituiu e se estabeleceu de tal forma que vemos sua prática como cotidiana, tal como a ciência é vista, segundo o autor. E mais, como a relação dos indivíduos com a energia elétrica culminou em diferentes usos, práticas e representações. O “gato” de energia elétrica é apenas mais um deles, uma prática desenvolvida sobre “uma arte de fazer” (DE CERTEAU, 2007), um modo do uso e manipulação da eletricidade.

Parto do princípio de que o “gato” não é algo dado, muito menos natural, não é só uma opção de uma prática rotineira do “jeitinho brasileiro” a partir da malandragem (DAMATTA, 1987), da cordialidade referente à informalidade de Buarque de Holanda (1988) ou da ligação da pobreza e sua “carência de recursos” (ZALUAR, 2002). Tomo o “gato” de energia elétrica como prática construída e reconstruída cotidianamente, possuindo diferentes representações e são estas meu objeto de investigação proposto.

No início de minha pesquisa ficou claro que para a empresa, o “gato” é um dado, um índice “naturalizado” denominado “índice de perdas”. Este informa estatisticamente o quanto de capital se está deixando de arrecadar, o que terá impacto na lucratividade do negócio. Para os indivíduos, a energia é um “dado” naturalizado, não é percebido como bem e serviço, como mercadoria a ser paga. Estamos diante de um impasse nas percepções de valor. Para o setor formal, a percepção da mercantilização da energia elétrica se dá em dois momentos, quando a conta de luz chega mensalmente em sua casa, ou quando ele tem seu fornecimento cortado por endividamento. No contexto da favela essa relação é outra, tem a ver com universalização do serviço e garantia de promoção e exercício da cidadania.

Não estamos lidando apenas com um produto/serviço da energia elétrica. Muito mais do que isso: ao se relacionar com as pessoas em suas vidas sociais e nas formas de manipulação, o uso, o desuso, a energia e o “gato”, por conseguinte, passam a ter outras representações e outros valores. São conceituados e vistos dependendo dos diferentes grupos sociais e instituições, espaços de tempo e lugar, prioridades de valores, hierarquias de pagamentos de contas e bens consumidos.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. “Introdução: Mercadorias e a política de valor”. In *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ, EDUFF, 2008.

BARROS, Carla Fernanda Pereira. *Trocas hierarquia e mediação: as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas*. Tese de Doutorado em Administração – Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro, 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. “Raízes do Brasil”. José Olympio, Rio de Janeiro, 1988.

CERTEAU, M. De. *A invenção do cotidiano 1: artes do fazer*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

_____ GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2 : morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

_____ *Conta de Mentiroso*. Rio de Janeiro, Rocco, 2003.

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, Editora Unesp, São Paulo, 2000.

NERI, Marcelo (coord). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em <http://www.fgv.br/CPS/classemedia/> Acesso 25 de janeiro de 2010.

SILVA, Jailson de Sousa . *A Pluralidade de Identidades no Bairro Maré – Rio de Janeiro*. Revista GEOgraphia Vol. 3, No 5 (2001).Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/6> Acesso 20 de maio de 2010.

VALLA, Victor V. (org). *Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil: resenha da literatura”. In: _____ (org). *Repensando habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1991.

_____. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

YACCOUB. Hilaine de Melo. *Atirei o pau no “gato”. Uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos “novos consumidores”) em um bairro popular de São Gonçalo – RJ*. Dissertação (Mestrado) em Antropologia – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, Niterói, RJ, 2010.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 2002.